

O Brasil se UNE contra Bolsonaro!

Com o início da pandemia da COVID-19 no ano de 2020, Bolsonaro aproveitou para destilar todo seu ódio contra os brasileiros. Negou a ciência, a vacina, não cumpriu medidas restritivas e aprovou um auxílio emergencial que não supre as necessidades básicas do povo, o resultado não poderia ser outro, o Brasil como um dos países com mais infectados e mortos para uma doença que já tem vacina.

A gripezinha de Bolsonaro já ceifou a vida de mais 530 mil brasileiras e brasileiros, mais 300 mil óbitos aconteceram em 2021, um período em que já existia a vacina. Enquanto o povo morre nos hospitais, Bolsonaro passeia de moto em algumas cidades brasileiras, assim como o fascista Mussolini durante sua ditadura na Itália. Bolsonaro é o maior aliado do vírus!

Para apurar esse genocídio contra o povo brasileiro, a CPI da COVID-19 no Senado Federal vem cumprindo um papel essencial. A atitude do governo federal foi a de boicote à vacinação, atacando a CoronaVac, tentando impedir o uso da Sputnik V e rejeitando a Pfizer - vacinas que acelerariam o programa de imunização do SUS e salvariam milhares de vidas.

A CPI apurou a denúncia que deixa evidente que o “negacionismo” de Bolsonaro deixa de ser defendido quando surge uma possibilidade de ganhar propina na compra da Covaxin, através de um esquema de superfaturamento envolvendo o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), e com o consentimento do presidente. Essa nova evidência, demonstra que, no mínimo, Bolsonaro cometeu o crime de prevaricação, já que sabia do esquema e não tomou nenhuma providência.

Outro esquema denunciado, foi, inicialmente, a compra da vacina AstraZeneca por US\$ 15,5 a dose, sendo que a mesma quantidade havia sido ofertada por US\$ 3,5. A articulação foi feita por um representante do Ministério da Saúde indicado pelo líder do governo, que tentou garantir o superfaturamento da vacina com um repasse de UM DÓLAR por dose. Não à toa, uma recente pesquisa do DataFolha afirmou que 70% dos brasileiros acreditam que seu governo é corrupto. Ser negacionista estúpido não é crime, mas como vem demonstrando a CPI, Bolsonaro está em busca de completar a lista do Código Penal. É a propina à custa da vida do povo!

Bolsonaro impôs aos brasileiros e brasileiras uma escolha, ou morrer de Covid ou morrer de fome, já que a carestia derrubou a renda dos mais pobres em 17,7% das classes D e E nos primeiros meses de 2021. Nós estamos falando de 55% das famílias brasileiras. O impacto do aumento dos produtos reflete diretamente no consumo das famílias.

O auxílio emergencial aprovado em 2021 é menor e contempla metade da população das 1ª e 2ª fases de 2020, com parcelas que variam entre R\$ 150 e R\$ 375, valor distante de suprir as necessidades básicas, já que na maioria das capitais houve aumento do custo da cesta básica, que custa em média R\$ 630. É fundamental o auxílio de R\$ 600,00 e R\$1.200,00 para as mulheres chefes de família, enquanto durar a pandemia, para garantir a sobrevivência das famílias brasileiras.

Enquanto o povo morre, Bolsonaro e Paulo Guedes não abriram mão da sua agenda neoliberal e privatista. Privatizando recentemente a Eletrobrás e anunciando a privatização dos Correios, dois patrimônios do povo brasileiro que querem entregar para os tubarões do mercado internacional. Não deixaram também de transferir bilhões para os banqueiros. Só esse ano, em plena recessão, os bancos lucraram R\$88,6 bi, enquanto o Brasil bateu recordes de desemprego, chegando a 33,3 milhões de desempregados e subempregados e a renda dos brasileiros recuando 5,4% comparado ao ano passado.

O inimigo do povo também é inimigo da Educação. Não basta apenas destruir a vida dos brasileiros com a omissão de ações contra o vírus da Covid-19, ele também quer estrangular as universidades e institutos federais e acabar com a ciência e tecnologia da nossa nação. Os recursos destinados a essas áreas tiveram gigantes cortes, 30 das 69 universidades federais já anunciaram que se essa situação não for revertida, precisarão fechar as portas. Na prática, inviabilizam e paralisam tais setores estratégicos para o desenvolvimento do nosso país. E pior, impedem que nossas universidades consigam êxito em seus esforços de produzir saídas para as crises que o país vive.

O Brasil se une para derrotar o pior presidente da história! Diversos setores da sociedade buscam somar forças em uma frente para salvar vidas e defender a

democracia. A pesquisa do Datafolha demonstra que pela primeira vez a maioria dos brasileiros e brasileiras querem o impeachment de Bolsonaro (54%). É nosso papel histórico referendar essa vontade política com todos campos, sejam esses de esquerda, centro ou direita, pois o momento nos exige amplitude para derrotar Bolsonaro e suas aspirações fascistas.

A radicalidade da luta, nesse momento, deve ser na direção do fortalecimento da frente ampla como tática para derrotar nosso inimigo número um, Bolsonaro, e acabar com seu projeto genocida e sua política corrupta. As divergências políticas jamais devem estar acima da luta pela vida. Nos dias 29M, 19J e 3J, o povo demonstrou que as ruas não pertencem aos grupelhos bolsonaristas, mas sim que são um espaço dos verdadeiros patriotas.

Em toda sua história, a UNE cumpriu o papel essencial de aglutinar forças para defender a pátria, convocando a população para ocupar as ruas. Agora, o 24J precisa ser maior! Para isso, a UNE precisa defender a ampliação desta frente que se forma para isolar a política bolsonarista. O Brasil se UNE contra Bolsonaro!

Defender a universidade pública é defender o Brasil!

Em toda a história moderna, a educação e a ciência foram fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país, grande parte das inovações tecnológicas surgem dentro das universidades ou a partir de pesquisa de base realizada por elas e, na maioria das vezes, com grande investimento do Estado. As universidades públicas no Brasil são responsáveis por mais de 90% de toda a pesquisa, apesar do ensino público corresponder apenas a 25% do total de matrículas no ensino superior. Foi, por exemplo, na UFRJ que se deu o desenvolvimento da tecnologia que permitiu a descoberta e exploração do Pré-Sal.

A pandemia do novo coronavírus deixou ainda mais evidente todas essas questões e, nesse cenário, era fundamental que o Estado brasileiro tivesse como prioridade o investimento em pesquisa, todavia, Bolsonaro decidiu fechar acordo com a Covid-19 e decretou como inimiga central a Universidade Pública e toda sua produção

científica, tomando um posicionamento nada além do esperado: o negacionismo exacerbado e a contramão de todas as outras nações. Mas esses ataques não vêm de hoje, lembremos que o ministro Weintraub chamou o trabalho das universidades de balbúrdia antes de anunciar um corte de verbas.

Mas, apesar do presidente e seu negacionismo, os verdadeiros patriotas agiram rapidamente e as Universidades fizeram mais do que o presidente: auxiliaram na produção de álcool em gel e na pesquisa para a produção da vacina - a exemplo da descoberta do genoma do vírus por uma estudante da USP -, abriram seus hospitais universitários para tratar pacientes infectados com a Covid-19, doaram refrigeradores para armazenamento das vacinas e colocaram seus intelectuais e sua estrutura à disposição do país (mais uma vez) no real combate à pandemia.

Apesar do número elevado de pesquisas, ser pesquisador no Brasil apresenta um grande desafio devido à falta de investimentos públicos, que boicotam, atrasam, dificultam e, muitas vezes, inviabilizam o desenvolvimento de pesquisas. A realidade do país atualmente é ter no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) uma redução de 8,3%, o que representa apenas 18% dos recursos no período de 2019. A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) perdeu 1,2 bilhões e o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) sofreu um corte de 4,8 bilhões de reais em 2021. A Capes concede bolsas a quase 100 mil pesquisadores, o CNPq possui em torno de 80 mil bolsistas (25% a menos do que em 2014). A maioria das instituições de pesquisa no Brasil são financiadas pela esfera pública e havendo tanta redução no investimento para esse setor, prejudica o desenvolvimento da ciência e restringe a expectativa no que se refere à educação.

O orçamento das instituições de ensino superior está dividido em duas partes, a folha de pagamento de servidores ativos e inativos são os chamados gastos obrigatórios e o orçamento de despesas discricionárias, ou seja, contas de água e luz, compra de insumos, pagamento de terceirizados, programas de permanência estudantil e investimento em pesquisa. O que é atingido por esses cortes são justamente essas despesas discricionárias. Aquelas que garantem o funcionamento dessas instituições no dia a dia. Segundo a ANDIFES, os cortes atingiram cerca de

20 a 25% do orçamento total das federais, a depender da instituição o impacto nas verbas de custeio pode chegar a 36%, que além dos cortes, parte da verba está contingenciada. Diante disso, se nada for feito, pode faltar dinheiro até para pagar a conta de luz. A UFRJ já anunciou que poderá fechar as portas caso o corte não seja revertido: a Universidade sofreu um corte de aproximadamente 22,53% das verbas para despesas discricionárias e se comparado com o ano anterior, o orçamento foi de 386 milhões em 2020 para 299 milhões em 2021, dos quais 41,1 milhões foram bloqueados pelo governo, ou seja cerca de 13, 74%.

No momento em que o Brasil mais precisa das Universidades, Bolsonaro e seu governo insistem em tentar destruí-las. Ele não faz isso apenas pela obsessão com metas fiscais esquecidas no resto do mundo diante da pandemia, faz porque elegeu a ciência como inimigo desde o seu primeiro dia de governo. Os ataques não param por aí, os cortes aos institutos de pesquisa somam 6 bilhões de reais.

As políticas de permanência foram fortemente atingidas por tais cortes. Na Unifesp, por exemplo, os alunos ingressantes não têm acesso a qualquer tipo de auxílio. Muitos estudantes de baixa renda dependem dessas políticas para permanecer na universidade. Em tempos de ensino à distância, são muitos os que dependem disso para ter acesso à internet e conseguir assistir às aulas. Os estudantes mais pobres são os primeiros a serem atingidos duramente pela falta de verba.

Bolsonaro também ataca a autonomia universitária. O presidente nomeou interventores para a reitoria de diversas instituições, ignorando o processo democrático dentro delas. Atualmente, cerca de 20 universidades federais estão sob intervenção no país. Numa tentativa de frear tais ações, o ministro Edson Fachin (STF) deferiu uma liminar que obriga o presidente a respeitar a democracia, até então atacada nas escolhas dos reitores. No entanto, tal ação não tem efeito retroativo, o que faz permanecer tantos interventores nas sedes do saber e da ciência no país.

Precisamos organizar a mais ampla frente em defesa da educação e da ciência para barrar esses ataques e impedir o retrocesso. Precisamos exigir nas ruas a recomposição das verbas no MEC, bem como o fim do contingenciamento. Foram

décadas de luta para que a universidade fosse pintada com as cores do Brasil e não iremos permitir que essas conquistas sejam destruídas por um presidente negacionista e genocida. Precisamos também da revogação da PEC 95, já que ela reduz intensamente a projeção de investimento na educação nacional.

Como sempre estiveram, estudantes e a UNE estão nas ruas e na luta em defesa da educação, da ciência, da democracia e do Brasil. Precisamos ter a clareza de quem é o nosso inimigo, e trazer para junto de nós nessa luta todos aqueles que estão dispostos a travá-la. É o momento de nos atermos ao que nos une. É uma batalha da ciência contra o negacionismo, da civilização versus a barbárie, dos que defendem a democracia e daqueles que são saudosos da ditadura. Por isso, precisamos de unidade e amplitude.

Todos aqueles que defendem a democracia, a ciência e a civilização devem estar unidos nas ruas no dia 24 de julho para derrubar esse governo genocida e para derrotar o fascismo. Nesse Congresso precisamos forjar a mais ampla unidade contra tudo que Bolsonaro representa. Este quer destruir tudo que as universidades representam para o nosso país e o nosso desenvolvimento.

A boiada sendo passada pelos tubarões!

A pandemia nos impôs uma necessidade de adequar as formas como o ensino se dava nas Instituições de Ensino Superior, partindo do distanciamento social como estratégia para combater a propagação do novo coronavírus. Diante desta demanda, o Ensino à Distância (EAD) foi a ferramenta utilizada para garantir que as atividades não fossem paralisadas por completo. Contudo, nas universidades privadas, em especial nas controladas por fundos especulativos estrangeiros, este cenário serviu como justificativa para expandir a modalidade à distância, sem que houvesse garantia de qualidade ou redução de mensalidades para os estudantes.

A pandemia tem sido o boi que permite a passagem da boiada. As mantenedoras já estão defendendo a possibilidade de um formato “híbrido” para o Brasil pós-pandemia como “uma nova estratégia e metodologia de aprendizagem, em que o ensino é mediado pela tecnologia”, que na prática significa empurrar goela abaixo

o desejo histórico dos tubarões do ensino de reduzir custos com a diminuição gradual dos espaços presenciais nas universidades.

Diante a falta de regulamentação do ensino superior privado no país e, principalmente, a postura do governo nacional em relação à educação, os estudantes foram abandonados para serem presas da sede de lucro dos grandes tubarões de ensino. Também é relevante mencionar que, a crise sanitária aprofundou a crise econômica, desse modo, dificultando a continuidade do pagamento das mensalidades, principalmente porque os valores permaneceram os mesmos do ensino presencial, segundo o Mapa do Ensino Superior 2021, a evasão foi de 26,2% para alunos sem acesso a programas de financiamento. É inaceitável a qualidade do ensino ter reduzido drasticamente, tal como os custos para as universidades, e os boletos continuarem iguais.

Nos deparamos com demissões massivas de professores, que foram substituídos por conteúdos gravados e atendimento de tutores, onde, segundo reportagem da Agência Pública, só em São Paulo, até o final do ano passado, mais de 1600 professores foram demitidos ou tiveram a redução de sua carga horária em até 6 vezes. Ainda, por todo o Brasil houveram denúncias de estudantes que foram transferidos a salas virtuais lotadas, sendo realocados com turmas de semestres diferentes e até de cursos diferentes. Não bastasse a dificuldade de se comunicar com o professor, muitos alunos não conseguiram acessar sua aula, devido a lotação das salas, que atingiam o limite das plataformas, ou seja, foram impedidos de estudar.

No modelo EAD original, denúncias escandalosas surgem sobre fraude na certificação de cursos, onde professores são forçados a forjar assinaturas para lugares onde nunca trabalharam, apenas para uso de seus diplomas para que as instituições obtenham falsas notas de avaliação e enganem os estudantes sobre a qualidade de ensino. Em um formato de uma educação mecanizada, sequer as avaliações e provas eram corrigidas por pessoas e, sim, por robôs e algoritmos, inclusive com estes modelos sendo testados em alunos do ensino presencial.

Na prática, vivemos uma situação na qual os estudantes são reféns, pois poucas são as suas opções, podem migrar de vez para o ensino remoto, tendo sua formação comprometida pela precarização, ou desistem de estudar e comprometem seu futuro.

Outro fator determinante neste cenário, é a falta de internet e de equipamentos digitais, principalmente nas classes de baixa renda. Neste ponto, também não contamos com nenhuma política pública do Ministério da Educação para mitigar o problema, pelo contrário, Bolsonaro entrevistou até mesmo contra estudantes da educação básica, chegando a invocar a Constituição Federal para negar-se a financiar o acesso à educação para de ensino através da internet, pasmem, alegando inconstitucionalidade.

Essa situação é mais atormentadora ainda para os jovens de baixa renda, como estudantes vinculados ao Fies e bolsistas do ProUni, que precisam encontrar soluções desesperadas para assistir às aulas, enquanto o governo tem o compromisso unicamente em financiar o lucro dos donos das universidades. Ainda que se conquistem políticas de garantias de acesso em algumas IES, essa é a exceção, já que não existe uma política permanente do governo federal.

A política de educação do governo Bolsonaro se trata de um plano bem elaborado para a privatização do ensino superior e a mercantilização da educação. Ao passo que, Abraham Weintraub, seu ex-ministro, buscava desmoralizar as universidades públicas e, principalmente, cortava seus recursos, o mesmo incentivava a criação de uma terra sem lei para o ensino superior privado. O completo abandono dos estudantes e professores, em meio a uma pandemia, é a verdadeira balbúrdia e isso não é mera coincidência.

A falta de atuação do MEC, em garantir o acesso às aulas e a permanência dos estudantes nas IES, passa, ainda, por cortar recursos da universidade pública, já que o direito à educação está sendo ceifado por todos os lados. Precisamos recuperar nossas universidades públicas, garantindo sua sobrevivência e expandindo a oferta de vagas para que tenhamos cada vez mais uma educação pública gratuita e de qualidade para todos e que nenhum estudante seja forçado a

desistir do seu sonho de se formar por não conseguir pagar a mensalidade. Além disso, se faz necessário que o ensino superior privado seja regulamentado como ferramenta de garantia de um ensino de qualidade, com políticas de permanência e mensalidades justas. O Brasil precisa deixar de ser um terreno fértil para o mercado da educação, onde o governo de Bolsonaro ajuda a passar a boiada para que os grandes conglomerados continuem tratando a educação apenas como mais uma fonte de lucro.